

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS - COFTC

Parecer n.º 28 de 22 de junho de 2020.

Projeto de Lei n.º **042/2020** de 08 de junho de 2020.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 1.071.124,70(UM MILHÃO, SETENTA E UM MIL,,CENTO E VINTE E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS) AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2020, RECURSO DE CUSTEIO E DE CAPITAL ORIUNDOS DA SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

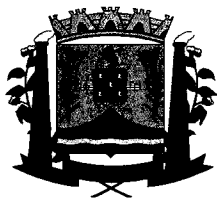
O projeto de Lei n.º 042/2020 foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas para emissão de parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 49, do Regimento Interno.

"Art. 49 Compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e orçamentária, bem como sobre as contas do Prefeito, fiscalizando a execução orçamentária."

Fundamentação

A proposição em análise tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a abrir crédito especial no Orçamento Fiscal do Município de 2020, recursos pactuado com o Termo de Colaboração 9799575/2019 para a absorção dos alunos em razão da municipalização da Escola Estadual Prof. Francisco Arthidoro da Costa, serão absorvidos pela rede pública municipal de ensino, que se destinam a viabilizar o aporte de recursos de que trata o art. 40, art. 41 II da lei 4320/1964.

"Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”.

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;”.

A Lei Federal n.º 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro, estabelece que os créditos especiais se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Dispõe ainda a referida norma, em seu art. 42, que os créditos serão autorizados por lei e abertos por decreto. A abertura dos créditos depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa, podendo ser utilizados, entre outros, os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias e os provenientes de excesso de arrecadação.

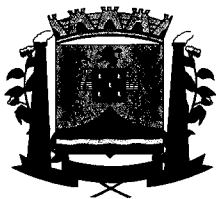
A Constituição da República estabelece, em seu art. 167, inciso V, que é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

“Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;”.

Segundo a mensagem 027/2020, que encaminhou o projeto, o valor dos créditos adicionais é de R\$ 1.071.124,70 (um milhão, setenta e um mil, cento e vinte e quatro reais e setenta centavos), com a municipalização da escola, foram transferidos ao município, pelo Estado, recursos financeiros para a absorção dos alunos.

Os Créditos Especiais abertos pelo artigo anterior, serão cobertos com recursos de excesso de arrecadação do exercício vigente advindos de transferências específicas para este fim.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclusão

Assim, o projeto em tela atende aos requisitos financeiros e orçamentários que disciplinam a matéria, não havendo óbice à sua aprovação por esta Casa.

Pelas razões expostas, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas opina pela aprovação do Projeto de Lei n.º 042/2020.

Ubá, 22 de julho de 2020.

VEREADOR JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS
PRESIDENTE DA COMISSÃO

VEREADOR LUIS CARLOS TEIXEIRA RIBEIRO
MEMBRO DA COMISSÃO

VEREADORA JANE CRISTINA LACERDA PINTO
MEMBRO DA COMISSÃO